

## A POSPOSIÇÃO DO SUJEITO E A ERGATIVIDADE CINDIDA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Jussara Abraçado\*  
Hyléa Vale\*\*

**Resumo:** A ordem verbo-sujeito do português do Brasil tem sido estudada sob diferentes perspectivas teóricas. Sabe-se, em função dos diversos estudos realizados até então, que, comparativamente à ordem sujeito-verbo, a ordem verbo-sujeito é bem menos frequente. Sabe-se, ainda, que as ocorrências da ordem verbo-sujeito estão preferencialmente atreladas a verbos monoargumentais e a sintagmas nominais geralmente não humanos e inanimados. Em relação às funções desempenhadas no discurso, os achados indicam que a ordem verbo-sujeito tende a ser empregada, introduzindo informações novas, sujeitas a se transformarem em tópico na sequência do discurso, e como participante de um esquema organizacional das narrativas, veiculando eventos e situações sem tópico, no plano de fundo, que, em geral, não são retomados na progressão discursiva. Neste trabalho, pautado teoricamente na Linguística Funcional e em dados extraídos da fala de 10 informantes, cujas entrevistas integram a Amostra Censo (Projeto Censo da Variação Linguística no Rio de Janeiro, PEUL/UFRJ), demonstramos que se observa no português brasileiro uma tendência a relacionar o sujeito de construções monoargumentais pouco transitivas ao objeto de construções com mais de um argumento e com alto grau de transitividade, o que constitui uma evidência de que, no que diz respeito a tais construções, o português do Brasil comporta-se como uma língua de ergatividade cindida.

**Palavras-chave:** Português brasileiro. Ordem VS. Ergatividade cindida.

**Abstract:** Verb-subject order (VS) of Brazilian Portuguese (PB) has been studied by different theoretical perspectives. It is known, due to several researches that were realized until now, that VS is less frequent compared with subject-verb order (SV). It is still known that the occurrences in VS are preferentially linked to monoargumental verbs and generally non-human and inanimate nominal sintagms. In relation to the functions developed in discourse, the results indicate that VS tends to be used introducing new information, exposed to be transformed into topic in discourse sequence, and, as a participant of an organizational schemes of narratives, conveying events and situations without topic, which in the background are not recovered in the discursive progression. In this academic paper, based on linguistic functionalism and on data extracted from the speech of 10 persons whose interviews take part in Amostra Censo (Projeto Censo da Variação Linguística no Rio de Janeiro, PEUL/UFRJ), we demonstrate that it is observed in Brazilian Portuguese a tendency to correlate the subject of low transitive monoargumentais constructions to the object of constructions with more than one argument and high transitivity, and this means an evidence that, with regard to such constructions, the Portuguese of Brazil behaves as a split ergativity language.

**Key-words:** Brazilian Portuguese. VS order. Split ergativity.

---

\* Professora Doutora do Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras, da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, Brasil, [abracadoj@vm.uff.br](mailto:abracadoj@vm.uff.br)

\*\* Professora Doutora do Departamento Técnico Especializado, do Instituto Benjamin Constant (IBC), Rio de Janeiro/RJ, Brasil, [hyleavale@ibc.gov.br](mailto:hyleavale@ibc.gov.br)

## Introdução

Muitos têm sido os estudos sobre a ordem verbo-sujeito (VS) no português brasileiro (PB). Em função dos diversos estudos realizados (Cf. BITTENCOURT, 1979; LIRA, 1982; PONTES, 1986; NARO E VOTRE, 1991, entre outros) , sabe-se que, comparativamente à ordem sujeito-verbo (SV), a VS é bem menos frequente. Sabe-se, ainda, que a ordem VS é fortemente favorecida por construções com verbos monoargumentais, em que o sintagma nominal (SN) argumento é geralmente não agentivo. Em relação às funções desempenhadas no discurso, sabe-se que a VS tende a ser empregada, introduzindo informações novas - sujeitas a se transformarem em tópico na sequência do discurso - e como participante de um esquema organizacional das narrativas, veiculando eventos e situações sem tópico, no plano de fundo, que, em geral, não são retomados na progressão discursiva.

As circunstâncias que envolvem as ocorrências da VS levaram Pontes (1986) a salientar a semelhança existente entre o SN argumento posposto de construções com verbos monoargumentais (CV1) e o objeto direto de construções com verbos de mais de um argumento (CV2/3)<sup>1</sup>. Pontes (1986), ao fazer referência a tal semelhança, ressalta: a posição (ocorrem após o verbo), a concordância verbal (não desencadeiam concordância), aspectos ligados à referencialidade (costumam ser novos) e a propriedades agentivas (tendem a ser não humanos e inanimados). Apoiada nas semelhanças relatadas, Pontes (1986) postula que os SN pospostos em CV1 são objetos e não sujeitos.

Embora não haja razão para discordar de Pontes (1986), no que se refere às semelhanças existentes entre o SN posposto de CV1 e o objeto direto de CV2/3, entendemos que o fato de o sujeito posposto muitas vezes não apresentar as características do sujeito prototípico não nos pode induzir a classificá-lo como objeto. Dizemos isso, porque, se assim o fizéssemos, iríamos cair em armadilha semelhante, já que estaríamos nos *livrando* de um sujeito não prototípico, mas *criando* um objeto também nada prototípico. Contextualizando o que acabamos de dizer, surgiriam diversos percalços como os de explicar a existência de CV1 sem sujeito, com objetos que não podem ser cliticizados, mas que, diferentemente dos objetos diretos prototípicos do PB, poderiam desencadear concordância verbal (ex: Chegaram os meninos/ \* Chegaram-nos).

---

<sup>1</sup> Cumpre esclarecer que nos utilizamos desses rótulos para nos referirmos genericamente às várias construções que, embora de naturezas distintas, compartilham entre si a característica de se constituírem de um verbo monoargumental (CV1) ou de um verbo de mais de um argumento (CV2/3).

Uma outra abordagem do fenômeno é a de explicar o comportamento do SN posposto em CV1 a partir da natureza do verbo. Em diversos trabalhos, a maioria de cunho gerativista, as explicações perpassam pelos tipos de verbos inacusativos e inergativos, ambos classificados como intransitivos, porém com atribuições semânticas diferentes para o sujeito: o primeiro seleciona um sujeito não-agentivo (*existir, aparecer, chegar, florescer, crescer* etc.); o segundo, um sujeito agentivo (*chorar, rir, tossir* etc.).

Embora essa caracterização funcione em grande parte dos casos, há determinados usos que fazemos dos verbos monoargumentais que exigem explicações outras, no que se refere à posição do SN argumento. Vejamos a seguir alguns exemplos com o verbo *chegar*:

- (1) Nós chegamos cedo no trabalho/ (?) Chegamos nós cedo no trabalho/  
(?) Chegamos cedo no trabalho nós.
- (2) Dois alunos chegaram atrasados na aula/ Chegaram dois alunos atrasados na aula/  
Chegaram atrasados na aula dois alunos.
- (3) Chegou filme na locadora/ (?) Filme chegou na locadora/ (?) Filme na locadora chegou.

As construções acima ilustram casos em que o SN argumento tende a ocorrer antes do verbo (1), em que sua ocorrência observa-se tanto antes quanto depois do verbo (2), e em que a tendência é a de que o SN argumento ocorra na posição pós-verbal (3). Como podemos concluir, a natureza do verbo, por si só, não explica as diferentes tendências relacionadas à posição do SN argumento em CV1.

Para nós, de orientação funcionalista, não é a natureza do verbo propriamente dita que pode explicar o fenômeno em tela. Entendemos que a explicação envolve outros elementos constitutivos da respectiva construção e, logicamente, também da situação discursiva. Neste trabalho, que se apoia teoricamente na Linguística Funcional, na esteira de Givón, Heine, Traugott, Hopper, Thompson, entre outros, temos o propósito de apresentar evidências, com base em Comrie (1981), de que, relativamente à CV1, o PB comporta-se como uma língua de ergatividade cindida e que, como tal, o SN argumento de uma CV1 pode identificar-se com o sujeito (Agente) ou com o objeto direto de CV2/3 (Paciente), dependendo do grau de transitividade das construções, o que evidencia a natureza híbrida desse SN. Para respaldar nossas considerações a respeito do fenômeno em tela, analisamos dados extraídos da fala de 10 informantes, cujas entrevistas integram a Amostra Censo (Projeto Censo da Variação Linguística no Rio de Janeiro, PEUL/UFRJ).

## Fundamentação teórica

A teoria funcionalista concebe a língua como um instrumento de comunicação e considera que esta não pode ser tomada como um objeto autônomo, mas sim como uma estrutura sujeita à influência de fatores discursivos:

O texto que é considerado o pioneiro no desenvolvimento das ideias da escola funcionalista norte-americana foi *The origins of syntax in discourse: a case study of Tok Pisin relatives*, publicado por Gillian Sankoff e Penelope Brown em 1976. Neste trabalho, as autoras fornecem evidências das motivações discursivas geradoras das estruturas sintáticas de relativização do Tok Pisin, língua de origem pidgin de Papua- Nova Guiné, ilha ao Norte da Austrália. (KENEDY; MARTELOTTA, 2003, p. 22).

Nos trabalhos desses e de outros autores funcionalistas, é possível observar que, na concepção funcional, a gramática não existe *a priori*; diferentemente, emerge nas línguas naturais, sendo entendida como um conjunto de regularidades decorrentes de pressões de usos linguísticos que, por sua vez, relacionam-se a aspectos de natureza cognitiva e discursivo-pragmática.

Sob tal orientação, analisam-se as construções gramaticais com *base* em um todo comunicativo: atos de fala, participantes e contexto discursivo, conforme enuncia Neves (2000):

A verificação dos enunciados efetivamente realizados revela uma seleção, feita pelo falante, que organiza seu texto de modo que esteja expresso o conteúdo ideacional que ele quer transmitir, de modo que estejam distribuídas devidamente as peças da informação, e, ainda, de modo que esteja garantida a troca linguística em que cada ato de fala se constitui. Tudo isso implica, por exemplo, uma determinação de aspectos linguísticos ligados a diversas escolhas, como as de tema e rema, dado e novo, figura e fundo, todas elas implicadas no fluxo de informação do enunciado. (p.24).

Em outras palavras, a Linguística Funcional estabelece como objeto de estudos o uso real da língua, buscando desvelar a instrumentalidade da linguagem em situações de uso social. Isso evidencia o compromisso principal do enfoque funcionalista: descrever a língua não em si mesma, mas como um requisito pragmático da interação verbal.

Uma abordagem funcionalista da língua, portanto, tem como objetivo investigar como se realiza a comunicação e como os usuários se utilizam dos mecanismos linguísticos para se

comunicarem de maneira eficiente. Procura, ainda, explicar a escolha de determinados itens, tanto na linguagem oral quanto na escrita, dentre os tantos disponíveis na língua.

O processo das escolhas no nível paradigmático e as cadeias de relação do nível sintagmático originam o *texto*, podendo, então, ser considerado como uma representação do sistema social e linguístico. Os linguistas funcionalistas procuram, em suas pesquisas, determinar a causa das variações intralinguísticas e também apresentar a funcionalidade das estruturas sintáticas na língua. Concluindo, a sintaxe deixa de ser vista como mera construtora de regras, a partir do momento em que ultrapassa os limites do ponto final de uma sentença e abarca as questões discursivas.

### **Ergatividade e transitividade**

Os verbos de uma língua apresentam graus de causalidade, isto é, de acordo com os propósitos comunicativos dos falantes, prestam-se a revelar as causas de um processo, ou deixarem-nas implícitas. Nesta linha, em que a ergatividade se define dentro de uma teoria concernente às causas, o ergativo não implica ausência de uma causa, mas sim uma maneira mais implícita de apresentá-la. Assim sendo, entende-se ergatividade como um mecanismo da cognição por meio do qual se omitem ou se enfraquecem as causas dos eventos narrados.

Conforme destaca Bittencourt (2001), a causatividade está intimamente relacionada à ergatividade; seriam os dois lados de uma mesma moeda. Inserida na linha teórica funcionalista, Bittencourt estabelece como protagonistas os elementos *causador* e *causado*, em que o evento *causado* é dependente da ocorrência do evento *causador*. Apresenta a *causatividade* como um processo multifacetado definido pelos traços *humano*, *animado* e *voluntário*. No tocante ao último item, acredita que o *causador* pode ter ação voluntária ou não; enquanto alguns autores só aceitam *causação* e *ação* se os atos forem volitivos.

A transitividade, por sua vez, nos termos de Hopper e Thompson (1980), apresenta-se como um fenômeno complexo que envolve traços sintáticos e semânticos, dos quais falaremos mais adiante. Sintaticamente, uma oração transitiva é aquela que tem um objeto direto. Semanticamente, uma oração transitiva prototípica envolve três fatores que se referem, por sua vez, às propriedades semânticas do sujeito, do verbo e do objeto, que são a agentividade (o sujeito de uma oração transitiva prototípica é um agente intencional, controlador, ativo, sendo o responsável pelo evento e sua causa saliente), a afetação do objeto (o objeto de uma oração transitiva prototípica é um paciente concreto, visível, afetado,

não-intencional, inativo, não-controlador, que registra a mudança de estado do evento e é seu efeito saliente), e a perfectividade (o verbo de uma oração transitiva prototípica codifica um evento limitado, completo que ocorre num tempo real).

Entendendo transitividade nesses termos, podemos explicar alguns fenômenos relacionados a mecanismos utilizados pelos usuários de uma dada língua para encobrir ou dar proeminência a participantes e aspectos diversos no evento narrado. A detransitivização é um desses mecanismos, uma vez que implica um decréscimo, em maior ou menor grau, dos fatores que definem a transitividade, compreendendo as seguintes construções: passiva, impessoal, antipassiva, reflexiva, recíproca e média. Cada uma dessas construções se distingue pelo grau de decréscimo nas propriedades da transitividade da qual decorrem as três funções do fenômeno da detransitivização: (1) demissão do agente, que atende a diferentes motivações (o agente pode ser desconhecido, pode ser recuperado anafórica ou cataforicamente, pode ser universal ou estereotipado e, ainda, pode ser demovido como estratégia de se evitar assumir responsabilidade); (2) promoção de um não-agente, que ocorre quando, diante da demissão do agente, um outro participante é promovido a tópico (nem toda construção detransitiva tem essa função; a impessoal, por exemplo, é não promocional: embora ocorra a demissão do agente, o objeto permanece como tópico secundário); (3) estativização do verbo, que corresponde ao mecanismo de, nas construções detransitivas, um evento passar a ser codificado como estado resultante (LIMA, 2006).

A ergatividade está estreitamente relacionada à questão da transitividade, conforme será demonstrado a seguir.

### **A VS e a hipótese ergativa**

As semelhanças existentes entre o SN posposto de CV1 e o objeto direto de CV2/3, conforme já mencionamos, foram alvo de muitos estudos. A tendência de esse SN posposto não desencadear a concordância verbal é apontada como uma das evidências de alinhamento morfológico do SN argumento da VS com o objeto direto de CV2/3.

Entretanto, Abraçado (2003), ampliando o raio de observação, alertou para o fato de que os sujeitos de CV1, incluindo-se, neste caso, também o sujeito anteposto ao verbo, podem compartilhar propriedades tanto com o objeto direto quanto com o sujeito de CV2/3. E, para efeito de ilustração, neste ponto do trabalho, substituímos os rótulos de sujeito e de objeto

direto pelos símbolos S, A e P, derivados, respectivamente, dos termos *Sujeito*, *Agente* e *Paciente*, conforme exemplificações a seguir:

- (4) S: *Os alunos* não chegaram na hora.
- (5) A: *O professor* repreendeu os alunos.
- (6) P: O professor repreendeu *os alunos*.

Feitas as substituições, apoiamo-nos em Comrie (1981, p. 110) que destaca, translinguisticamente, a existência de semelhança entre S e A. Conforme explica o autor, “em muitas línguas, em sentenças imperativas é possível omitir a referência ao destinatário se o destinatário é um A ou um S, mas não se ele é um P”<sup>2</sup>.

De acordo com Comrie (1981), a possibilidade de supressão do destinatário está correlacionada a propriedades agentivas presentes nos dois primeiros casos<sup>3</sup> e ausentes no último<sup>4</sup>:

A supressão do destinatário em sentenças imperativas constitui um meio de expressão mais compacto em situações mais esperadas, i. e., destinatários podem ser suprimidos quando são S ou A mais agentivos, mas não quando são P menos agentivos. (p. 111).

Contudo, focalizando-se, agora, o outro lado da relação em foco, são justamente as propriedades agentivas, ou melhor, é a ausência delas que constitui argumento para se promover a semelhança entre S e P<sup>5</sup>:

As propriedades agentivas, mas desta vez consideradas sob o aspecto negativo, também constituem argumento para promover a semelhança entre o sujeito de uma construção mono-argumental e o objeto de uma construção de mais de um argumento (as construções (a) *João veio* e (b) *A bicicleta caiu* ilustram as duas situações mencionadas, desde que *João* e *A bicicleta* assemelham-se, respectivamente, ao sujeito e ao objeto de uma construção de mais de um argumento). (ABRAÇADO, 2003, p. 66).

---

<sup>2</sup> In many languages, in imperatives it is possible to omit reference to the addressee if that addressee is an A or an S, but not if it is a P.

<sup>3</sup> Exemplificando, observe-se a agentividade presente em A e S, respectivamente, nas duas sentenças a seguir: “*João* comprou um carro”; *João* trabalha muito”.

<sup>4</sup> Imperative addressee deletion simply provides a more compact means of expression for the more expected situation, i.e. addressees can be deleted when they are more agentive S or A, but not when they are less agentive P.

<sup>5</sup> Observe-se a semelhança entre S e P nos exemplos seguintes: “*João* morreu”; “José matou *João*”.

Como podemos observar, é bastante provável que o caráter fluido, próprio do sujeito de CV1, que pode fomentar mudanças no sistema de marcação de caso das línguas, por meio do fenômeno da reanálise<sup>6</sup>, esteja relacionado às ocorrências de VS observadas no PB.

Comrie (1981), ao apresentar uma análise explanatória, de caráter funcional, dos sistemas de marcação de caso existentes, enfatiza a relação observada entre os sistemas nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo, reforçando o caráter fluido, do sujeito de CV1. Segundo Abraçado (2003), tomando como base o tipo de relação que se pode estabelecer entre S, A e P, Comrie (1981) chega a cinco tipos logicamente possíveis de sistemas de atribuição de casos:

- A. Neutro: mesma marca morfológica - que pode ser nula - é atribuída a S, A e P.
- B. Nominativo-acusativo: mesma marca morfológica - caso nominativo - para S e A, e uma marca diferente - caso acusativo - para P.
- C. Ergativo-absolutivo: mesma marca morfológica para S e P - caso absoluto - e uma marca morfológica diferente para A - caso ergativo.
- D. Tripartido: marcas morfológicas distintas para S, A e P.
- E. Tipo ainda não atestado como um sistema consistentemente atuante na marcação de caso: mesma marca morfológica para A e P, e uma marca morfológica distinta para S. (ABRAÇADO, 2003, p. 66).

Embora haja cinco tipos logicamente possíveis de atribuição de casos, dois deles (B e C) são encontrados em quase todas as línguas que têm um sistema de caso que faz a distinção entre S, A e P. E isso se deve ao fato de, em CV1, existir somente um SN argumento, não sendo necessário, sob o ponto de vista funcional, marcar esse SN para distingui-lo de outros. Diferentemente, em CV2/3, a menos que haja uma outra forma de marcar a diferença entre A e P, tal como a ordem de palavras, a ambiguidade é repelida através de um sistema de marcação de caso. Não sendo, então, necessário se estabelecer uma distinção entre S e A ou entre S e P (eles não ocorrem em uma mesma construção), o caso atribuído a S pode ser usado para um dos dois argumentos de uma CV2/3: o sistema nominativo-acusativo identifica S com A e tem um marcador separado para P; o sistema ergativo-absolutivo, por sua vez, identifica S com P e possui uma marca diferente para A. (Cf. COMRIE, 1981).

Referindo-se aos dois sistemas mencionados, Comrie explica que há línguas que mostram forte preferência por um ou outro padrão, mas que há aquelas em que se observa uma mistura dos dois sistemas. O autor, então, conclui ser um erro classificar uma língua

---

<sup>6</sup> Martellota et al. (1996), referindo-se aos mecanismos ligados ao processo cognitivo da metonímia, destaca a reanálise, que eles definem como *um mecanismo que atua no eixo sintagmático, caracterizando-se por uma reorganização da estrutura do enunciado, e uma reinterpretção dos elementos que o compõem* (p. 57).

como sendo ergativa ou não. Deve-se perguntar, antes, em que extensão ou em quais construções particulares a língua é ergativa.

Como podemos constatar, os dois sistemas de marcação de caso predominantes nas línguas do mundo - nominativo-acusativo e ergativo-absolutivo - mostram que S pode ser identificado tanto com A quanto com P e, de acordo com Comrie (1981), as discrepâncias observadas, em uma dada língua, entre o sistema de marcação de caso e a orientação sintática – como acontece no PB com o SN posposto em CV1 – pode ser explicada funcionalmente: o caso não reflete diretamente as relações gramaticais; sua função é promover a distinção entre A e P.

Na esteira de Abraçado (2003), entendemos a transitividade como uma propriedade que atua sobretudo no plano cognitivo e que, como tal, está diretamente ligada à forma de percepção de eventos ocorridos no mundo real. Assim sendo, julgamos compreensível a relação que se pode estabelecer entre o sujeito de CV1 e o objeto ou com o sujeito de CV2/3, dependendo do grau de transitividade das construções. Trataremos dessa questão na seção seguinte.

## Transitividade e ergatividade

Segundo Hopper e Thompson (1980), a transitividade se refere à transferência de uma ação de um agente para um paciente; manifesta-se no discurso num contínuo, envolvendo um complexo de dez traços sintático-semânticos, pontuados binariamente. Dessa forma, o grau máximo de transitividade ocorre quando os dez traços são marcados positivamente. O extremo oposto se dá quando todos os traços são marcados negativamente, correspondendo ao grau zero de transitividade:

Traços	Alta transitividade	Baixa transitividade
1. Número de participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não-ação
3. Aspecto	Télico	Não-télico
4. Punctualidade	Punctual	Não-punctual
5. Volição	Volitivo	Não-volitivo
6. Afirmação	Afirmativo	Negativo
7. Modo	Realis	Irrealis
8. Agentividade	Potência forte	Potência fraca
9. Afetamento do objeto	Total	Nulo
10. Individuação do objeto	Absoluta	Nula

**Quadro 1:** Transitividade; traços sintático-semânticos

Ainda de acordo com Hopper e Thompson (1980), a transitividade corresponde a uma função discursivo-comunicativa que reflete a maneira como o falante estrutura seu discurso. Associando a alta transitividade à figura<sup>7</sup> e atribuindo uma importância maior às informações contidas neste plano, os autores propõem uma associação entre figura, sequencialidade e importância na narrativa.

Diferentemente, MacCleary (1982), ao investigar a correlação entre transitividade e figura, na análise de uma narrativa em português, não encontrou ligação entre sequencialidade e importância, embora tenha constatado haver relação entre transitividade e sequencialidade. Para o autor, só se pode correlacionar transitividade e figura, se esta última for caracterizada apenas pelo traço da sequencialidade temporal. Ao se referir ao trabalho de MacCleary (1982), Abraçado (2003) chama a atenção para o fato de o autor distinguir duas funções no discurso e, com base nessa distinção, propor o deslocamento da transitividade do domínio discursivo para o domínio cognitivo:

O aspecto mais relevante do trabalho de MacCleary, para nós, é aquele em que ele distingue duas funções no discurso: a) função comunicativa (responsável pela organização interna do discurso); e (b) função cognitiva (responsável pela organização e interpretação do mundo exterior). Através dessa distinção, diferentemente de Hopper & Thompson, que consideram a transitividade como uma propriedade determinada pelo discurso, MacCleary desloca a transitividade do domínio discursivo para o domínio cognitivo, associando-a a traços da situação percebida como evento causal prototípico (p. 68-70). Sob essa perspectiva, a transitividade assume uma função cognitiva associada à forma de percepção de um evento e, em segundo plano, vê-se refletida na organização do discurso através de traços sintático-semânticos que se manifestam na codificação do evento percebido. (ABRAÇADO, 2003, p. 32).

Reforçando os achados de MacCleary, Abraçado (2003) faz referência à Slobin (1982), para quem os eventos prototípicos mais salientes correspondem a ações mais transitivas:

O autor encontrou evidência empírica da realidade perceptual das ações mais transitivas, ao constatar que as crianças demonstram perceber mais clara e imediatamente as ações em que um agente animado causa, intencionalmente, uma mudança física e perceptível no estado ou locação de um paciente por meio de um contato físico direto. (ABRAÇADO, 2003, p. 32).

---

<sup>7</sup> Da propriedade funcionalista *planos*, diretamente relacionada à psicologia da *Gestalt*, Koffka (1975) descreve o plano ambiental como sendo duplamente organizado. Isto é: possui um plano de relevo (*figura*), onde se destacam alguns elementos percebidos como mais salientes, e possui um plano de moldura (*fundo*), caracterizado como neutro em relação ao primeiro. Entre esses dois planos, há uma relação de dependência funcional, na medida em que a figura depende do fundo, que lhe serve de suporte.

Considerando, então, a transitividade no plano cognitivo, associamos essa propriedade às ocorrências da ordenação VS no PB: observar-se-ia no PB uma tendência a relacionar o sujeito de CV1 pouco transitiva ao objeto direto de CV2/3 com alto grau de transitividade, o que constitui um padrão próprio das línguas ergativas.

Tendo constituído um *corpus* com dados extraídos da fala de 10 informantes, cujas entrevistas integram a Amostra Censo (Projeto Censo da Variação Linguística no Rio de Janeiro, PEUL/UFRJ), decidimos medir o grau de transitividade das sentenças em que ocorre a VS. Obviamente, o traço *número de participantes* e, em função deste, os traços *afetamento do objeto* e *individuação do objeto*, sequer foram considerados, uma vez que, em se tratando de CV1, invariavelmente, esses três traços seriam marcados negativamente (dos dez parâmetros medidores do grau de transitividade, esses três de antemão já sinalizam o baixo grau de transitividade das CV1). É relevante mencionarmos que, argumentando sobre a importância de se considerar o número de participantes na avaliação do grau de transitividade, Hopper e Thompson (1980) dizem que:<sup>8</sup>

[...] em línguas ergativas (por definição) o sujeito de cláusula intransitiva é marcado diferentemente do sujeito de cláusula transitiva, e igualmente ao O de uma cláusula transitiva. Interpretamos esta distribuição como um sinal de TRANSITIVIDADE REDUZIDA das cláusulas em que falta um O. (p. 254).

Outros dois traços que desconsideramos foram *polaridade* e *modo*, devido ao nosso entendimento de que os poucos casos de polaridade negativa e de utilização do modo *irrealis* encontrados, antes de indicarem o grau de transitividade da VS, denunciam o uso muito mais frequente da polaridade afirmativa e do modo *realis* (num total de 164 VS, foram contabilizados apenas seis casos de polaridade negativa e três, do modo *irrealis*).

Listamos a seguir os cinco traços considerados, exemplificando cada um deles:

A. Chinês:

A1. Ação:

---

<sup>8</sup> In ergative languages (by definition), the subject of the intransitive clause is marked differently from the subject of transitive clause, and identically with O of the transitive clause. We interpret this distribution as a signal of the REDUCED TRANSITIVITY of the clause which lacks an O (p.254).

E- [Quer dizer-] Mas ("o") senhor não gostaria de ter um sitiozinho?-

F- (inint) Bom (inint) aí, era bom. (est) ("A pessoa") descansar, passear, (est) respirar o ar mais puro, (est) sem essa poeira aqui, que, *quando passa carro* (dicção ruim) ("entra") poeira aqui, (riso e) ("tem") que fechar a janela, ("senão") fica cheio de poeira ("dentro") de casa. (F8)

A2. Não-ação:

... eu fiquei mais pensativo. Foi até num dia de chuva. Aí[depois disso]- depois disso [surgiu]- *surgiu nosso primeiro beijo*, e daquele dia em diante a gente começamos a namorar escondido da mãe dela. (F1)

B. Aspecto

B1. Télico:

... o garoto, ele pegou- roubou o dinheiro do banco, sabe? Depois, ele parou com a bicicleta e uma espaçonave- espaçonave, olha só-! (risos) espaçonave, não é? *Aí, apareceu o ET*. (F50)

B2. Não télico:

a influência da novela brasileira, lá em Portugal, é uma coisa gozadíssima, <sabe>? Quando eu estive lá, nessa altura, que eu passei esse tempo fora, *estava passando o astro*. (F34)

C. Punctualidade

C1. Punctual:

(...) roubo, eu já tive, inclusive na minha casa. Pularam o muro, levaram as samambaia da minha senhora, certo? Isso aí, de vez em quando tem. Um bujão de gás, inclusive carro. Aqui na minha rua *já sumiu carro* e depois apareceu sem o motor. (F7)

C2. Não punctual:

E- (inint) E os seus vizinhos ali? Você tem um bocado de vizinho aí no Horto, não é?

F- Tenho. Do lado da minha casa, *mora vizinho*, assim, bem encostado mesmo. Tem bastante vizinho ali que é legal. (F4)

D. Volição

D1. Volitivo:

Tinha um portão para separar a rua para dentro, não é? Ele- (longe do microfone) o porteiro não- (ruído) a síndica (f) não deixa ninguém entrar de fora, assim, para brincar lá em baixo.

(inint) Você, grande, pode, porque lá é muito pior, *fica mendigo lá na porta, coçando, ficando lá.*

D2: Não volitivo:

... vem lá do Ceasa. [Eu acho que é] a hora que os lixeiro estão tirando aquelas- (“aqueles, não é?”) (est) caçamba de lixo, não é? *Aí vem aquele fedor.* (F16)

E. Agentividade

E1. Potência forte:

F- ... Eu estava com muita febre É- lá em Mambucaba (est) e depois *chegou a mãe do Pedro,* depois pegou um negocinho-

E- pegou um negocinho?

F- É, aquele negócio para ver <quan->- quanto que está a temperatura. (F49)

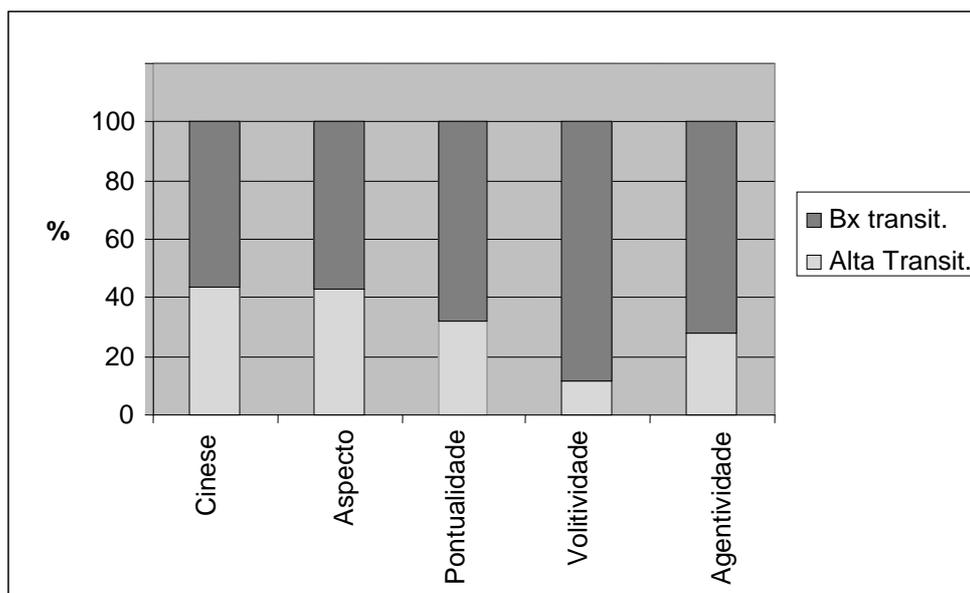
E2. Potência fraca:

Aí, eu fui correndo para o Miguel Couto com ele, bateram sete chapa da cabeça dele e tudo; mas, graças a Deus, *não aconteceu nada.* Nada assim de grave. (F4)

A tabela e o gráfico seguintes apresentam os resultados encontrados:

TRAÇOS	alt trans.	%	bx trans	%
CIN	71	43,3	93	56,7
ASP	70	42,7	94	57,3
PON	53	32,3	111	67,7
VOL	19	11,6	145	88,4
AGE	46	28	158	72

**Tabela 1:** Grau de transitividade das construções VS



**Gráfico 1:** Grau de transitividade das construções VS

Como podemos observar, as construções VS analisadas são pouco transitivas, como era de se esperar. Entre os traços considerados, *agentividade* e *volitividade* destacam-se como principais indicadores da baixa transitividade. Os resultados relativos a esses traços demonstram serem os SN pospostos de CV1 majoritariamente não agentivos e muito pouco volitivos.

Respaldados por tais resultados, e também por Comrie (1981) e Givón (1995), concluímos que o PB, relativamente à CV1, comporta-se como uma língua de ergatividade cindida. Givón (1995, p. 104), em referência à ergatividade cindida de línguas australianas, enuncia assim a restrição relativa à escolha de uma morfologia nominativa ou ergativa<sup>9</sup>: “Se o agente está no alto da hierarquia em (39), use a morfologia nominativa. Se o agente está embaixo na hierarquia – e, portanto, é superado pelo paciente – use a morfologia ergativa”.

A escala hierárquica a que se refere Givón (1995, p. 103) é a seguinte<sup>10</sup>:

<sup>11</sup> Split-ergative constraint:

“if the agent is high on the hierarchies in (39) , use nominative morphology. If the agent is low on the hierarchies - and thus is outranked by patient - use ergative morphology (Givón, 1985, p. 104).

<sup>10</sup> (39) Hierarchy of features in ergative languages:

- a. Participants: 1st person > 2nd person > 3rd person
- b. Anaphoricity: pronoun > full NP
- c. Definiteness: definite > indefinite
- d. Individuation: singular > plural

- (39) Hierarquia de traços em línguas ergativas:  
a. Participantes: 1ª pessoa > 2ª pessoa > 3ª pessoa  
b. Anaforicidade: pronome > SN pleno  
c. Definitude: definido > indefinido  
d. Individuação: singular > plural

Os resultados que encontramos vão ao encontro de pesquisas realizadas também no Brasil, como as de Dutra (1987), Pezatti (1992, 1993) e Abraçado (2003), que igualmente concluíram ser o PB uma língua de ergatividade cindida, no que diz respeito à CV1.

## Referências

ABRAÇADO, J. Transitividade, referencialidade, ergatividade e ordenação de constituintes no português coloquial. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro - contato linguístico, heterogeneidade e história*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 180-190.

BITTENCOURT, V. de O. Causativas lexicais no português do Brasil: perfil morfossintático, semântico e funcional-discursivo. In: DECAT, M. B. N. et al. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

COMRIE, B. *Ergativity. Language Universals and Linguistic Typology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

DUTRA, R. The hybrid S category in Brazilian Portuguese: some implications for word order. *Studies in Language*, Philadelphia, Benjamins, v. 11 (1), p. 163-80, 1987.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: Benjamins, 1995.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56, p. 251-99, 1980.

KENEDY, E.; MARTELOTTA, M. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M. A. F. da; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2003.

KOFFKA, K. *Princípios de psicologia da Gestalt*. São Paulo: Cultrix, 1975.

LIMA, M. C. *A voz média no discurso oral do português. Uma abordagem funcionalista*. Fortaleza: UFCE, 1999. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7\(23\)02.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7(23)02.htm)>. Acesso em: 24 abr. 2006.

LIRA, S. A. *Nominal, Pronominal and Zero subject in Brazilian Portuguese*. 1982. Tese (Doutorado) - University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1982.

MARTELOTTA, M. E. et al. O Paradigma da Gramaticalização. In: *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

McCLEARY, L. E. Transitivity in a Czech folk tale. In: HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Syntax and semantics 15: studies in transitivity*. New York, Academic Press: 1982. p. 55-75.

NARO, A.; VOTRE, S. Mecanismos funcionais do uso da língua. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, 1991.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. 1992. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras /UNESP, Araraquara, 1992.

\_\_\_\_\_. *A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado*. São Paulo: Alfa, v. 37, p. 159-78, 1993.

PONTES, E. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

SLOBIN, D. I. The origins of grammatical encoding of events. In: HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Syntax and semantics 15: studies in transitivity*. New York, Academic Press: 1982. p. 55-75.